

Ibama autoriza construção de instalações de Angra 3

Documento do Ibama contém 44 exigências a serem cumpridas pela estatal Eletronuclear
Leonardo Goy - Agência Estado – 4 de março de 2009

BRASÍLIA - A usina nuclear de Angra 3 deverá, enfim, começar a ser construída. A estatal Eletronuclear, responsável pelo projeto, recebeu nesta quarta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) a licença de instalação definitiva, que permite o início das obras, em Angra dos Reis (RJ). Além de liberar a licença, o Ibama também sinaliza que pode ser mais flexível com relação à exigência, na entrega da obra, de uma solução "definitiva" para os resíduos nucleares. A Eletronuclear já vinha realizando os trabalhos iniciais do canteiro de obras desde setembro do ano passado, quando o Ibama liberou uma licença parcial para a preparação do terreno. A licença autoriza o início das obras da usina propriamente dita. Agora, a Eletronuclear precisa apenas da licença de construção da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) para tirar o projeto do papel. Quando estiver concluída, Angra 3 terá capacidade para gerar 1.350 megawatts (MW). O governo estima que investirá R\$ 7,3 bilhões na obra.

O documento do Ibama contém 44 exigências a serem cumpridas pela Eletronuclear. Entre essas condições está a da construção de um novo depósito para armazenar os resíduos nucleares que serão produzidos pela usina. Mas tanto os termos do documento quanto o discurso do presidente do Ibama, Roberto Messias, mostram maior flexibilidade em relação à licença prévia liberada em julho do ano passado. Se naquela época falava-se em uma solução "definitiva" para os rejeitos, o documento assinado na quarta fala em depósitos de "longo prazo".

Messias explicou que o Ibama mantém a exigência da solução definitiva, mas disse que, dependendo do andamento da busca por tecnologias para reutilização dos resíduos, o Ibama poderá aceitar uma solução que não torne o lixo inacessível. Ou seja, que possibilite que ele seja reutilizado no futuro.

Na época da licença prévia, chegou-se a comentar que poderiam ser feitos depósitos subterrâneos em cavernas profundas. Messias ponderou, entretanto, que esse tipo de solução, que tornaria o resíduo inacessível, não seria interessante no caso de uma eventual reutilização do material.

Messias lembrou ainda que a solução para os resíduos deverá ser apresentada apenas daqui a cinco anos, quando a obra estiver prestes a ser concluída e a Eletronuclear solicitar ao Ibama a licença para iniciar a operação da usina. "Nesses cinco anos, deveremos ter uma avaliação mais clara sobre o que é uma solução de longo prazo e o que é uma solução definitiva", disse.

O Ibama exigiu, entretanto, que a Eletronuclear apresente, em até seis meses, o cronograma de execução do depósito de longo prazo para os combustíveis, que terá de ser homologado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A técnica do Ibama responsável pela área nuclear, a física Sandra Cecília Miano, explicou que o esboço desse depósito já foi mostrado ao Ibama. Segundo ela, são depósitos formados por tubos

secos, que receberiam os resíduos depois de um período de resfriamento em piscinas (o que varia de 20 a 30 anos) - que é o estágio em que se encontram hoje os dejetos de Angra 1 e 2.

Segundo ela, a ideia é que esses tubos secos, cujo local de instalação ainda será escolhido, recebam os resíduos das três usinas. De acordo com padrões internacionais, essas estruturas podem armazenar resíduos por um período que vai de 500 a 1.000 anos. A licença liberada nesta quarta pelo Ibama tem outras exigências, como melhorias na segurança do tráfego da BR 101, rodovia que passa ao lado do parque nuclear, onde já estão Angra 1 e 2 e onde será feita Angra 3.